



FAZENDO
JUSTIÇA



O programa FAZENDO JUSTIÇA

trabalha por uma sociedade mais segura para todas e todos a partir da transformação dos **sistemas penal** e **socioeducativo**, com foco na qualificação da prestação de serviços desde a porta de entrada até a porta de saída, otimização do uso de recursos públicos e transparência.

Coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça por meio do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, tem a parceria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e da Secretaria Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com apoio de órgãos públicos, privados e da sociedade civil.

As ações para o sistema penal se alinham ao **cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347** para a superação do estado de coisas inconstitucional nas prisões brasileiras.

No sistema socioeducativo, fomenta ações alinhadas ao **Estatuto da Criança e do Adolescente e ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)**.



Saiba mais
sobre o
programa
Fazendo
Justiça



Atua junto aos **tribunais** com atividades customizadas que consideram a realidade de cada unidade da federação



Elabora **publicações técnicas**



Aprimora **serviços e fluxos**



Realiza **formações e capacitações**



Apoia a **produção normativa** do CNJ e tribunais

IMPACTOS

Reforço de práticas de Estado **compromissadas com a dignidade e com conquistas civilizatórias** para as atuais e futuras gerações

Contribuição para a **segurança e um país mais justo**, que protege todos os brasileiros e brasileiras

Promoção da transparência e otimização de recursos públicos para mais eficiência

Prevenção da reincidência e reentrada nos sistemas penal e socioeducativo ao fomentar **novas trajetórias por meio da cidadania**

Qualificação e **valorização de todas as pessoas e profissionais implicados na privação de liberdade** como um fator para o desenvolvimento do país

CICLO DE RESPONSABILIZAÇÃO

Sistema penal e sistema socioeducativo

Porta de entrada

Responsabilizações **proporcionais** e atendimento inicial qualificado

Atenção às **medidas diversas da privação de liberdade**

Qualificação e efetividade no **controle de vagas**

Investimento em **sistemas de identificação e documentação**

Responsabilização

Aprimoramento de **sistemas de gestão e refinamento de dados**

Monitoramento e fiscalização das condições de cumprimento de penas e medidas socioeducativas

Fomento e qualificação de **medidas em meio aberto**

Incentivo a **ações de cidadania, educação, esporte e lazer** durante o cumprimento das penas e medidas

Porta de saída

Atenção especializada às pessoas na **retomada da vida em liberdade**

Acionamento das **redes de proteção social**

Qualificação de estruturas e serviços de **atendimento a pessoas egressas e seus familiares**

Programas de **acompanhamento pós-cumprimento de medidas**

Penal Audiência de Custódia	Penal Alternativas Penais	Penal Monitoração Eletrônica	Penal Central de Regulação de Vagas	Penal Ação Nacional de Trabalho e Renda	Penal Plano Nacional de Fomento à Leitura
Penal Plano Nacional de Fomento ao Esporte e Lazer	Penal Atenção às Pessoas Egressas e Escritório Social	Penal Fortalecimento e Participação Social	Penal Comitê de Políticas Penais	Penal Mutirão Processual Penal	Penal Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU
Socioeducativo Atendimento Inicial e Núcleo de Atendimento Integrado	Socioeducativo Central de Vagas	Socioeducativo Audiência Concentrada	Socioeducativo Programa Pós-medida	Socioeducativo Ação Nacional de Cultura	Socioeducativo Aprendizagem
Socioeducativo Plataforma Socioeducativa	Transversais Inspeção Judicial	Transversais Enfrentamento da Tortura	Transversais Populações com Vulnerabilidade Acrescida	Transversais Saúde Mental	Transversais Política de Drogas
Transversais Documentação Civil	Transversais Articulação Internacional e Proteção dos Direitos Humanos	Transversais Grupo de Monitoramento e Fiscalização – GMF	Transversais Formação e Cultura Institucional	Transversais Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	

PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL – ADPF 347

O programa Fazendo Justiça foi iniciado em 2019 a partir do julgamento cautelar do **Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347**, em 2015, no qual se reconheceu o estado de coisas inconstitucional nas prisões brasileiras.

Em 2023, com o julgamento definitivo do caso, o programa também passou a contribuir com o CNJ nas seguintes atividades:

- Construção do **Plano Nacional e dos planos estaduais para implementação da decisão**, incluindo ferramentas de monitoramento e avaliação
- Direcionamento de **ações de seu portfólio alinhadas aos propósitos da decisão**
- **Planejamento de novas atividades necessárias** para a superação do estado de coisas inconstitucional
- Apoio à **articulação com demais atores** e entes federativos para execução do plano

DESTAQUES

Até abril de 2024

Política penal

- **Central de Regulação de Vagas em operação no Maranhão e negociações em 4 estados**
- **1,5 milhão de audiências de custódia realizadas**
Redução de 14,65 pontos percentuais na taxa de presos provisórios desde 2015
25 UFs com Serviços de Atendimento à Pessoa Custodiada em funcionamento segundo metodologia do CNJ
- **3 Fóruns Nacional de Alternativas Penais (Fonape) realizados**
- **4 Centrais Integrada de Alternativas Penais implantadas e 18 qualificadas pelo programa**
- **Realização da primeira Conferência Internacional sobre Monitoração Eletrônica**
- **58 Escritórios Sociais em 21 UFs**
- **+ de 44 mil atendimentos realizados a pessoas egressas e familiares**
Aplicativo Escritório Social Virtual com mais de 5 mil downloads
- **Lançada a Rede Nacional de Atenção a Pessoas Egressas, somando-se às 8 redes estaduais apoiadas pelo Programa**
- **Suporte técnico às inspeções nos sistemas prisionais realizadas pelo CNJ em 4 estados**
- **9 grupos de trabalho estaduais focados no combate à tortura criados desde o início do programa**
- **Apoio técnico para criação e implantação de políticas aprovadas pelo CNJ, a exemplo da Política Antimanicomial do Poder Judiciário e política de fortalecimento dos Conselhos da Comunidade**
- **Ampliação do acesso à remição por leitura: de 0,6% em 2015 para 31,5% em 2023**
- **Ação Nacional de Fomento ao Trabalho e Renda lançada em 4 UFs, e manifestação de interesse de parceria entre MPT e GMFs em 21 UFs**
- **Ação Nacional de Identificação Civil e Documentação lançada em todo o país**
+ de 5 mil kits de biometria distribuídos
+ de 33 mil pessoas identificadas ou incluídas na base de dados do TSE
- **Fluxos permanentes para emissão de documentos estabelecidos em todas UFs**
+ de 182 mil ações de emissão de documentos

Política socioeducativa

- **Redução de 50% na ocupação em unidades socioeducativas desde 2019**
- **Apoio técnico a normativas e políticas implementadas pelo CNJ, como Central de Vagas, Atendimento Inicial Integrado, audiências concentradas, entre outras**
- **Nova metodologia de inspeções nos meios aberto e fechado**
- **Abordagem de temas como tráfico enquanto pior forma de trabalho infantil, orçamento, qualificação do Sinase**
- **Serviços desenvolvidos nas UFs:**
Atendimento Inicial Integrado (Núcleos e fluxo) – em funcionamento em 7 UFs
Central de Vagas do Socioeducativo – 23 em funcionamento
Audiências Concentradas – Implantadas em 20 UFs
Programa Pós-Medida – 8 UFs com o serviço: 1 implementado com metodologia do Fazendo Justiça

Ações transversais

- **Mutirão processual penal: revisão processual em 70.452 casos na nova metodologia**
- **Comitê de políticas penais: 3 UFs em implementação**
- **Fundos municipais criados em 29 municípios de 13 UFs**
- **Internacionalização: 30 produtos lançados em inglês e espanhol e apoio à Unidade de Monitoramento e Fiscalização das decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos**
- **Fortalecidas políticas judiciais para populações com vulnerabilidade acrescida: mulheres, grupos étnico-raciais, LGBTQIA+, migrantes, pessoas com deficiência, pessoas com HIV, pessoas em situação de rua**

Sistemas e cadastros

- **SEEU operando em 36 tribunais**
1,4 milhão de processos em execução
- **Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos (CNIUPS) em operação nos meios aberto e fechado**
2.825 inspeções bimestrais realizadas no meio fechado (jan. a dez. de 2023)
447 unidades socioeducativas cadastradas
- **Plataforma Socioeducativa – desenvolvida para acompanhar processos de execução de medidas socioeducativas em todo o país - em funcionamento em 1 UF, com mais de 6 mil processos**

E mais

40 normativas e orientações aprovadas no CNJ desde o início do programa

+ DE 235 produtos de conhecimento e informativos lançados

+ DE 100 MIL participantes em eventos e capacitações

Parceiros



Executores

